

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 1996 N.º 15



CIDADE E PATRIMÓNIO*

J. M. Pereira de Oliveira**

A temática desta Nota, enquadra-se exactamente no âmbito da comunicação que fui convidado a pronunciar numa das Mesas de Trabalho do *VII Colóquio Ibérico de Geografia* realizado no mês de Setembro do ano passado em Cáceres e que intitulei "Centros Urbanos e Património da Humanidade"

Por este motivo, e já que naquela ocasião, por falta de tempo, não foi possível discuti-la, pareceu-me que o convite para vir participar num Seminário de Geografia Urbana sobre uma matéria que também me foi proposta sob a designação genérica de *Cidade e Património*, seria uma oportunidade muito feliz e adequada ao retomar do assunto, agora com perspectivas mais seguras de - como se costuma dizer em gíria - cair sobre ele e discuti-lo, quiçá ter a felicidade de transformá-lo em algo mais aprofundado, mais esclarecido, mais digno de ser considerado.

Não faremos, como então inicialmente fiz, um pequeno percurso do ponto de vista do geógrafo, através do entendimento do que é a cidade. Estou plenamente convencido de que a reflexão já feita por todos sobre o assunto pode agora ser invocada ou, se for necessário, retomada.

Trataremos assim da cidade, como realidade histórico-geográfica e do entendimento dos seus padrões patrimoniais, e em especial os histórico-culturais.

Sabemos todos que as definições de cidade são quase tantas quantos os Autores que sobre o assunto se debruçaram. A análise crítica delas mostra que todas as definições têm algo de comum mas, para além disso, espelham entendimentos, ora estáticos (quase fotografias datadas), ora dinâmicos; projectivos ou historicistas, dos fenómenos urbanos. Raras são as que se conseguiram libertar, quer do espectro empírico-subjectivo do aro vivencial dos seus Autores, quer do peso da visão sectorial dos fenómenos geohumanos que nos casos estudados se apresentam como marcantes numa evolução real mas não respondem a um conjunto suficiente para permitirem uma generalização concludente.

Creio, pois, que importa tentar fazer entender - no quadro da evolução dos espaços dizíveis, aprioristicamente, urbanos - o peso dos factores histórico-culturais no seu processo de evolução mas também, e particularmente, os aspectos significantes dos testemunhos da mesma natureza que nas povoações como que cristalizaram ao longo dos séculos e constituem uma espécie de garantias de uma identidade que pode ir do significado simplesmente local até ao mundial.

Em duas palavras, o que é necessário é tentar considerar, e quiçá estabelecer, uma espécie de hierarquia onde a escala dos valores testemunhais reconhecidos oscile entre um significado dos objectos-património local, espacial e temporalmente referenciado (valores locais), e um significado abrangente, não espacial e atemporal, dos objectos-património mundial, o mesmo é dizer, de toda a Humanidade.

Um exemplo ajuda a ver o que pretendemos.

Os arranjos vários da envolvimento da Torre de Belém, em Lisboa, podem ter, com maior ou menor felicidade, realizado um enquadramento do local original e simbólico do monumento e, conseqüentemente, conseguirem o enriquecimento ambiental da área, acrescentando-lhe um certo valor locativo; diríamos, porém, que em nada eles acrescentaram ao seu significado. Este não é só, como é evidente, o de um monumento da gesta portuguesa dos Séculos XV e XVI mas, muito mais ainda, é um dos monumentos mais expressivos do esforço de toda a Humanidade na sua ininterrupta vontade de "dar novos mundos ao mundo".

Neste caso pode bem dizer-se, como a respeito de muitos outros, que a Torre de Belém é património da freguesia de Belém na cidade de Lisboa; é património da gesta histórica da Nação Portuguesa; é, finalmente, património da Humanidade, na dimensão simbólica da Descoberta do Mundo.

E também neste caso, como em muitos outros, há que lembrar as componentes estéticas do valor patrimonial histórico-cultural.

* Introdução feita no *Seminário de Geografia Urbana* no Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 8 de Janeiro de 1996.

** Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

Creio que não haverá muita dificuldade em encontrar outros exemplos. Tentemos ver, porém, como nos poderemos mover no complexo problema dos critérios desta natureza, que parece ser imprescindível considerar, mas que também julgamos não ser fácil definir e pesar.

Numa perspectiva de Geógrafo e, sobretudo, como se entenderá, deliniam-se aqui mais claramente as necessidades de um contraponto entre disciplinas tais como a Geografia, a História e a História da Arte, entre outras.

Naturalmente, apesar da interdisciplinaridade necessária, devemos ver estes aspectos, enquanto geógrafos, sob uma perspectiva restrita. É segundo uma perspectiva não meramente formal do património urbano que, sem dúvida, se deve procurar fazer luz.

Principalmente, é no quadro dos confrontos entre os dinamismos originais e os de reformulação dos espaços urbanos e na sequente evolução resultante da inadequação, ou não, dos "velhos" espaços às "novas" necessidades que devemos procurar atentamente. Essas "novas" necessidades, no tempo em que se sentiram, podem ter sido retardadas, por isolamento e/ou por falta de dinamismo próprio, endógeno.

Podem, todavia, ter sido deliberadamente retardadas por uma atitude de elevado grau de consciência dos valores histórico-culturais que terá ditado uma política da sua preservação como tal. Mas, o grau de consciência desses valores - nem sempre se mostra de excelente quilate e, muitas vezes, por trás dele e das políticas que o reclamam, está uma forma encoberta de economia indirecta, quiçá, tantas vezes exploradora, como por exemplo pode suceder com um turismo de massas que desgasta literalmente esse património nem sempre contribuindo ao menos para a sua conservação.

Contrariamente, em muitos casos, a evolução foi fortemente catalizada pelos condicionalismos específicos das novas, diferentes e mutáveis funções urbanas que uma política de puro desenvolvimento económico - por vezes pouco explícita - se encarregou de justificar como uma evolução inelutável. É pois aí que os nossos olhos e sobretudo as nossas reflexões deverão encontrar o objecto da nossa observação para tentar, enfim, apreendê-lo.

No entanto, o problema da definição dos critérios de referência dos padrões histórico-culturais continua a não ser pacífico.

Segundo dois ângulos diferentes, mas não independentes um do outro, se podem iniciar as necessárias reflexões. Na realidade, os objectos-alvo das nossas preocupações, sendo multifórmes, têm sempre dois tipos de valor: o valor imaterial, espécie de mais-valia anímica, incorporada, cuja natureza é complexa e, por isso mesmo, não depende só do trabalho mas também, e especialmente, do seu significado humanístico; e o valor material, sujeito à incidência das regras do mercado que dá uma dimensão mais restrita aos objectos em causa e que se liga muito mais a um conceito restrito de posse privada (de uma pessoa, de uma família, de uma sociedade financeira, etc., mesmo até do Estado).

De facto, o valor imaterial dos objectos em questão tem sempre muito de subjectivo e, não raro, tal como o homem em si mesmo, é eminentemente dialéctico. Um mesmo objecto pode ser considerado por um nativo local como significante real, por exemplo, de uma qualquer povoação, e nada dizer aos estranhos a ela; entretanto, um outro, é pouco menos que ignorado pelos naturais e, no entanto, pode ter um profundo significado para muitos outros que não tenham qualquer raiz no local considerado. Em qualquer dos casos isso será essencialmente o resultado do tipo de informação eminentemente cultural das pessoas, embora de âmbitos diferentes.

Entretanto, sucede frequentemente que um determinado objecto participa das duas circunstâncias, isto é, tem um significado restrito que é reconhecido como próprio pelos naturais do local onde se situa e, ao mesmo tempo, outro significado que transcende o primeiro entendimento localizado por que se lhe reconhece um âmbito mais vasto, regional, nacional, enfim, mundial. Duas circunstâncias que podem considerar-se outras tantas componentes de um mesmo valor imaterial, mas em cuja aceitação e reconhecimento como tal nem sempre participam todos. E ainda aqui a informação cultural é determinante.

É evidente que estamos agora à beira da necessidade de afinação dos conceitos vulgares e consequentemente dos critérios a reter para uma equilibrada definição correcta do que deve ser enfim, património.

O desenvolvimento deste conceito leva-nos à necessidade de estabelecer os critérios de definição da necessária hierarquia de valores patrimoniais.

Há, porém, que atentar numa outra face do problema.

Este outro ângulo é o do valor material do objecto, intrínseco e potencialmente produtor ou multiplicador do seu próprio valor material. Todo o objecto concreto que na linguagem metafórica vulgar se diz que "não tem preço" e, por esse motivo, "não está à venda", na realidade está, na perspectiva do seu significado material, eivado de um interesse económico potencial porque pode constituir-se como raridade desejável e, potencialmente, como um factor multiplicador de riqueza. É o caso de certos elementos patrimoniais cujo efeito multiplicador se traduz indirectamente através do seu aproveitamento no âmbito da oferta nos mercados do turismo. Mas não só.

É possível comprar castelos - como já sucedeu - os quais uma vez desmontados peça a peça, um milionário qualquer, transporta facilmente para o seu País, reedifica e faz dele o seu orgulho e motivo de inveja de outros; ou trazer das conquistas além-mar - sem sequer o ter comprado - um obelisco e implantá-lo no meio de uma praça, em honra e testemunho dos respectivos "feitos".

Em vida, muitos artistas plásticos que puzeram a sua criatividade "devanceuse" ao serviço dos seus contemporâneos, mas não foram por eles reconhecidos ou foram mesmo objecto da sua chacota, não puderam ver como as suas telas ou esculturas "refusées", atingem as cifras mais inesperadas, nos leilões de arte de casas de consagrada fama.

No entanto, se é possível ver nestes iníquos sucessos, uma componente de natureza menos clara mas indubitavelmente nascida do valor material potencial dessas obras, não há dúvida que o valor imaterial existia nelas desde a sua criação. Quanto muito, o que terá evoluído foi a dimensão do significado do seu valor histórico-cultural, embora por via menos correcta em muitos casos por arrastamento do valor venal da matéria, num quadro de definição de património puramente economicista.

Foi porém, sem dúvida, o estudo crítico da própria História em geral, e em particular da História da Arte, por um lado e, quiçá, o papel do coleccionismo ilustrado e depois o das instituições museológicas e o das Academias, no sentido clássico da sua origem que, um pouco por toda a parte, fizeram paulatinamente realçar a tal mais-valia anímica que acima referimos.

Esse "suplemento de alma" - filho da criatividade, do génio e do talento de uns quantos ou da força e poder de decisão de outros - ao longo dos tempos, demorou na essência do valor imaterial de alguns desses objectos-património. Alguns deles acabaram mesmo por alcançar tão alto nível de significado universal - porque foram reconhecidos como tal - que passaram a constituir património da Humanidade declarado, isto é, como propriedade anímica de todos os seres humanos, mortos ou vivos, e mesmo especialmente dos vindouros, num conceito fundamental do que poderá chamar-se a herança colectiva de toda a Humanidade.

Entender-se-á, pois, que o grande critério a reter antes de mais no sentido que nos servirá aos propósitos de tratamento-reflexão sobre o assunto proposto - "Cidade e Património" - é o da dimensão do significado do objecto, isto é, esta ou aquela cidade naquela perspectiva de herança colectiva que vai do local ao mundial.

É comum defender a necessidade de uma definição espacial dos vulgarmente chamados centros históricos das cidades históricas, como é compreensível, por exemplo, quando se prepara um novo Plano Geral de Urbanização de uma cidade, em face do reconhecimento geral de que é necessário considerar tratamentos adequados a cada uma das diferentes áreas específicas; como o não é menos quando se tem que gerir urbanisticamente o quadro espacial da cidade.

Quando se tem perante si problemas destes não se pode deixar de estudar correctamente (interdisciplinarmente) a cidade em causa.

A História - numa perspectiva geral mas especialmente na da História do Urbanismo - e a Geografia - esta na da Geografia Urbana Histórica - poderão vir a definir esse espaço, diríamos, histórico-geográfico. Todavia, a definição espacial que se quedasse por aí correria o risco de perder algo de também muito significativo, pois nem tudo numa cidade dita histórica é passível de uma classificação

que não tenha em conta outros aspectos, tais como os que enformam um conceito de realidade histórico-cultural, particularmente nas suas componentes estéticas e sociológicas.

Uma cidade histórica e nela, particularmente, o seu centro histórico, não o é só por força do peso da História e da Geografia. Não é possível hoje compreender uma realidade susceptível de uma classificação com tantas implicações culturais, políticas, sociológicas e económicas, que não a considere, agora sim, no âmbito das realidades vivenciais contemporâneas da própria intervenção, sem considerar aquilo a que se pode chamar ambientes urbanos, ao fim e ao cabo, as paisagens urbanas vivas. São estes espaços "construídos" e vividos ao longo dos tempos pelas sucessivas gerações, que os legaram de umas para as outras, plasmando a cada momento um pouco de cada uma delas e onde o equilíbrio do todo como espaço vivido deve ser entrevisto também numa perspectiva de adaptação conservada entre o peso dos valores histórico-culturais que nele se increveram e a qualidade de vida dos actuais urbanitas. Por outras palavras, a categoria ontológica de um qualquer espaço urbano não pode deixar de ser um complexo de ambientes, existentes mas vivos, isto é, não pode ser perspectivado e transformado num museu ao ar livre, nem mais ou menos num romântico museu de uma chamada ecologia humana.

A História e a Geografia justificam que, ao conhecer o Passado de um determinado espaço se reconheça o valor do património herdado. Este deve ser mantido mas, mais ainda, acrescentado com a contribuição dos que nela actualmente vivem.

A História e a Geografia nunca poderão justificar que se estiole e abafe a criatividade do Presente. O mesmo seria dizer, nunca poderão justificar que se mate a cidade.

Pense-se, pois, quanto é importante que se dêem as mãos - historiadores, geógrafos e outras valências do saber - no esforço interdisciplinar para ir cada vez mais longe e mais fundo no conhecimento das realidades, mas não menos na oferta dos "instrumentos" que iluminem as acções de intervenção nos espaços urbanos - e, afinal, em todos os espaços humanizados - no propósito da salvaguarda do legado histórico-cultural herdado colectivamente e do que o saber, o génio e o talento criativo do Presente possam vir a acrescentar para oferecer às gerações futuras, no respeito da dignidade existencial do Homem.

Nada vale a crítica aos erros do Passado se não for para evitar os erros no Presente e isso só se alcança com a humilde atitude de quem estuda com afinco para construir o Futuro.

A responsabilidade desse, essa sim, é nossa.